



## Senado aprova projeto que protege mulher agredida

Texto, que vai para sanção presidencial, permite a delegado conceder medida protetiva, hoje prerrogativa do juiz

O Senado aprovou ontem projeto que permite a delegado conceder medidas protetivas de urgência a mulheres em caso de violência doméstica. Atualmente, essa é uma prerrogativa exclusiva do juiz.

De acordo com o texto aprovado, o delegado terá de submeter a decisão ao juiz e consultar o Ministério Público em até 24 horas. O projeto segue agora para sanção presidencial. **3**



Simone Tebet, relatora do projeto, Cássio Cunha Lima, presidente em exercício do Senado, e Marta Suplicy em Plenário

## Julgamento de militares por Justiça Militar vai à sanção

Um projeto que transfere à Justiça Militar o julgamento de crimes cometidos por militares em missões de garantia da lei e da ordem, como a que ocorre no Rio de Janeiro, foi aprovado ontem pelo Senado.

A proposta, que segue para sanção presidencial, impede o julgamento de militares pela Justiça comum em crimes dolosos contra civis, quando envolverem ações de Estado. O texto dividiu os senadores.

O relator, Pedro Chaves, defendeu o projeto em Plenário, argumentando que o militar em missão deve ser julgado por Justiça especializada. **3**

**Aprovado nome de novo embaixador no Congo **3****

**Para debatedores, Justiça discrimina por classe social **5****

**Vai para o Plenário indicação para a Ancine **6****

**Comissão acata relatório de medida que muda o Fies **8****

**Avança MP com incentivos para salas de cinema **6****



Presidente do BC, Ilan Goldfajn fala em audiência presidida por Tasso Jereissati

## Reformas ajudarão a manter juros em queda, afirma Goldfajn

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, defendeu ontem, em audiência pública, a agenda de reformas do governo. Na avaliação dele,

a reforma da Previdência, principalmente, ajudará no equilíbrio das contas públicas, com impacto na redução dos juros e da inflação. **4**

## Baixo carbono pode gerar lucro, aponta debate

Em audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, mostrou como seu país tem lucrado com a economia verde. O

secretário de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Everton Lucero, disse que o Brasil pode movimentar cerca de R\$ 950 bilhões com a economia de baixo carbono. **5**



Jorge Viana (C) preside a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que debateu a economia de baixo carbono

**Leia, encartado na edição de hoje, o Jornal Senado Mulher**



Reprodução



Cristovam Buarque conduz audiência sobre crise nos institutos federais

## Debatedores cobram verba para institutos federais de educação

Participantes de audiência pública na Comissão de Educação defenderam um pacto em apoio aos institutos federais de educação profissional e tecnológica. A falta de recursos compromete o funcionamento regular das escolas e a expansão de vagas, alertaram. **8**

## Empréstimos para JBS seguiram regras, diz ex-presidente da Caixa

A ex-presidente da Caixa Maria Fernanda Ramos Coelho negou à CPI da JBS ter tido contato com os irmãos Batista enquanto esteve à

frente do banco, de 2006 a 2011. Nesse período, a Caixa fez três grandes operações de crédito a favor das empresas, no total de R\$ 1,25 bilhão. **7**



Senador Ataide Oliveira, presidente da CPI, e Maria Fernanda Ramos Coelho



# Para Cássio, país vive normalidade institucional

Após visita à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, o presidente em exercício do Senado afirmou que a Casa aguarda com serenidade a decisão sobre a aplicação de medidas cautelares a parlamentares

APÓS SER RECEBIDO ontem pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, o presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, afirmou que não há crise entre os Poderes e que o Brasil vive normalidade democrática.

— Foi tão somente uma visita de cortesia para desmistificar qualquer tipo de crise artificializada que possa estar se tentando criar entre os Poderes da República. As instituições funcionam no Brasil normalmente, dentro do que está previsto na Constituição, e a minha vinda na condição de presidente em exercício do Senado é exatamente para demonstrar essa normalidade institucional que o país vive.

Segundo o senador, a ministra Cármen Lúcia informou que vai começar às 9h de hoje o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Partido Progressista (PP), pelo Partido Social Cristão (PSC) e pelo Solidariedade (SD) sobre medidas cautelares contra parlamentar.

A intenção da presidente do



Cássio Cunha Lima concede entrevista ao sair do encontro no STF

STF, segundo Cássio Cunha Lima, é concluir o julgamento no mesmo dia.

Ao julgar a ADI, os ministros do STF determinarão se é possível ao Judiciário aplicar medidas cautelares diversas da prisão previstas no Código de Processo Penal a parlamentares sem prévia autorização da respectiva Casa legislativa sem ferir a Constituição.

A Carta Magna determina que o Judiciário deve submeter previamente à análise da Casa legislativa correspondente apenas a prisão em flagrante de parlamentar, não tratando de qualquer outra medida cautelar.

O entendimento será aplicado à decisão da Primeira Turma do STF que afastou o senador Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato, a ser analisada pelo Plenário do Senado na terça-feira.

— Vamos aguardar com toda a tranquilidade e serenidade o julgamento que será feito pelo Plenário do Supremo e que vai dirimir as dúvidas que surgiram com a decisão da Primeira Turma. O objetivo da visita foi trazer a reafirmação do processo de respeito à Constituição que todos temos, do equilíbrio e da harmonia entre os Poderes e da normalidade democrática e institucional do país.

## Agentes de saúde pedem redefinição de atribuições

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, recebeu ontem representantes da Confederação Nacional dos Agentes de Saúde. Na pauta do encontro, estiveram projetos de interesse da categoria, como o Projeto de Lei (PL) 6.437/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, que redefine as atribuições dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, diferenciando atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas.

— Viemos falar sobre a situação das três pautas que tramitam no Congresso e solicitar apoio para que a gente consiga avançar. O PL 6.437 veio para o Senado, sofreu al-

terações e voltou para Câmara. O senador se comprometeu a nos ajudar — disse Ilda Correa, presidente da confederação.

Outro assunto tratado na reunião foi a proposta de emenda à Constituição que fixa regras para a remuneração dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias (PEC 22/2011).

Pelo texto, também em análise na Câmara dos Deputados, enquanto uma lei não regulamentar a emenda, os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias terão piso salarial de R\$ 1.600 para jornada de 40 horas semanais, data-base em 1º de janeiro e reajuste pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A PEC

precisa ainda ser votada pelo Plenário da Câmara em dois turnos antes de seguir para o Senado.

Além dessas duas questões, os agentes de saúde solicitaram a edição de um decreto legislativo pelo Senado para sustar os efeitos de uma portaria do Ministério da Saúde que normatizou a nova política de atenção básica.

— Solicitamos ao senador que ele entre com um decreto legislativo aqui no Senado para sustar essa portaria e que o Ministério da Saúde nos dê a oportunidade de discutir melhor essa reformulação da política nacional de atenção básica — explicou Ilda Correa.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## Senador apela por medicamentos para doenças raras

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, apelou ontem ao Ministério da Saúde para que regularize o fornecimento de remédios aos portadores de doenças raras.

Cássio expressou nota de pesar pela morte, na segunda-feira, de Mateus Queiroz Farias, portador de mucopolissacaridose, por problemas respiratórios decorrentes da

falta de medicação. O senador informou ainda que o irmão de Mateus também teve a medicação suspensa. Segundo ele, só na Paraíba, 24 pacientes necessitam de tratamento, mas 17 deles estão sem acesso aos medicamentos.

— No Brasil inteiro, vários portadores de doenças raras estão sofrendo com a ausência do fornecimento de medica-

mentos e [peço] que o Ministério da Saúde possa adotar com a urgência necessária as providências para que mais vidas não sejam sacrificadas.

Ele elogiou proposta da Subcomissão de Doenças Raras de criar no SUS um fundo específico para aquisição de remédios, citada por Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente do colegiado.

## Simone Tebet celebra 40 anos de criação de Mato Grosso do Sul

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) celebrou ontem os 40 anos da criação do seu estado. Ela enalteceu o “povo honesto e trabalhador” que há quatro décadas “tomou o trem de sua própria história” e tem orgulho de ser sul-mato-grossense.

Simone destacou a diversidade cultural e demográfica de Mato Grosso do Sul, que, para ela, representa uma síntese do Brasil.

— Mato Grosso do Sul é a terra onde se juntam, num mesmo traço de união, vizinhos de soleira e de fronteira e gente que vem de outras terras, de outros mares, que falam agora a linguagem viva da amizade.

## Fátima diz que Temer transformou Planalto em balcão de negócios

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que Michel Temer transformou o Planalto num balcão de negócios com a Câmara para se livrar da segunda denúncia feita contra ele. Segundo ela, na busca de votos suficientes para barrar uma possível investigação, o presidente da República liberou “apenas” R\$ 272,2 milhões em emendas parlamentares em setembro.

— Se assim proceder, a Câmara dos Deputados caminha para se curvar mais uma vez ante o governo mais impopular e mais rejeitado da nossa história desde o término da ditadura militar.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

## Comissão pode votar hoje posse de arma de fogo em área rural

Um projeto que estabelece uma alteração no Estatuto do Desarmamento — a lei que regula o comércio e o porte de armas de fogo no país — deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 224/2017, de Wilder Moraes (PP-GO), autoriza a aquisição de arma de fogo por residentes em áreas rurais.

De acordo com Wilder Moraes, em geral as áreas rurais do país estão distantes dos postos policiais, o que deixa seus moradores vulneráveis a ataques de criminosos e animais silvestres.

Com o apoio do relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), o projeto receberá decisão terminativa. Se for aprovado, seguirá para o exame da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso de um ou mais senadores para votação no Plenário.

O texto impõe condições para os residentes na zona rural conquistarem o direito à posse de arma. Além de serem maiores de 21 anos, eles precisarão apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de moradia em área rural e atestado de bons antecedentes.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**CAS Estatuto da Segurança Privada**  
9h Entre 15 itens, o SCD 6/2016, que cria o Estatuto da Segurança Privada.

**CDR Estâncias**  
9h O PLC 147/2015, que estabelece condições para a classificação de estâncias, é um dos 6 itens.

**CTFC Emendas**  
9h Pauta de 13 itens. Depois, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018.

**MMMC Agricultura de baixo carbono**  
9h30 Audiência interativa sobre boas práticas na agricultura de baixo carbono.

**CCJ Roubo com arma de fogo**  
10h Entre 43 itens, o PLS 149/2015, que aumenta pena de roubo com arma de fogo.

**PLENÁRIO Acordos internacionais**  
11h Três acordos internacionais na pauta.

**CAE Emendas**  
11h Emendas ao PLOA 2018.

**CDH Crianças com deficiência**  
11h O PLS 382/2011, sobre brinquedos adaptados em shoppings, é um dos 16 itens.

**CSE Emendas**  
11h30 Emendas ao PLOA 2018.

**MP 789/2017 Royalties da mineração**  
14h A comissão da MP faz audiência.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



# Delegados poderão ordenar ações para proteger mulher

Projeto que altera a Lei Maria da Penha e agora vai para a sanção permite que as autoridades policiais determinem o afastamento do agressor. Atualmente essa determinação cabe apenas aos juízes

O SENADO APROVOU ontem, em votação simbólica, um projeto que altera a Lei Maria da Penha para permitir ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência a mulheres que sofreram violência doméstica e a seus dependentes. Pela legislação atual, essa é uma prerrogativa exclusiva dos juízes. O PLC 7/2016 segue agora para sanção presidencial.

De acordo com o projeto, a concessão de medidas protetivas de urgência pelo delegado só será admitida em caso de risco real ou iminente à vida ou à integridade física e psicológica da mulher e de seus dependentes. Depois de aplicar as medidas, a autoridade policial terá de submeter a decisão ao juiz e consultar o Ministério Público em até 24 horas.

Providências complementares para a proteção da vítima — chegando até mesmo à prisão do suposto agressor — poderão ser pedidas pelo delegado ao juiz.

## Atendimento

O PLC 7/2016 também inclui o direito das vítimas a atendimento policial especializado e ininterrupto, preferencialmente por profissionais do sexo feminino. O texto reforça a necessidade de que os estados priorizem nas suas políticas públicas a criação de delegacias de atendimento à mulher e de núcleos de investigação de feminicídios.

Um dos objetivos do projeto é assegurar nas delegacias de polícia o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar por servidor habilitado, preferencialmente do sexo feminino, pois há relatos de mulheres ridicularizadas por policiais homens quando tentam registrar a ocorrência.

A proposta fixa diretrizes para ouvir testemunhas, entre as quais garantir que não haja contato direto da vítima, de testemunhas e de familiares

com investigados ou suspeitos. Testemunhas e vítima também devem ser ouvidas em local isolado e específico.

O projeto foi relatado no Plenário por Simone Tebet (PMDB-MS), que, citando dados do instituto Datafolha e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disse que mais de 50% das mulheres não denunciam a violência sofrida. Além disso, 43% das agressões ocorrem dentro da residência da vítima e 61% provêm de pessoas conhecidas da mulher.

## Avanço

Para o presidente do Senado em exercício, Cássio Cunha Lima, a aprovação do PLC 7/2016 é um avanço importante na legislação de proteção à mulher. Ele registrou a presença no Plenário de delegadas de polícia em apoio ao projeto.

— Neste Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher, o Senado felicita todos os delegados e, sobretudo, as delegadas do Brasil por esta conquista e avanço na nossa legislação.

Entre as medidas que poderão ser tomadas pelos delegados, estão a proibição de o agressor se aproximar da vítima, de seus familiares e das testemunhas, com limite mínimo de distância entre eles; a

proibição de manter contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; e a proibição de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima.

Outras medidas que podem ser tomadas são o encaminhamento da vítima e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento, e a recondução da vítima e de seus dependentes para casa, após afastamento do agressor pela autoridade policial.

## Cuidados

No depoimento da vítima, deverá ser evitada a revitimização, com sucessivas perguntas sobre o mesmo fato ou questionamentos sobre a vida privada.

De acordo com o texto, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, os estados e o Distrito Federal darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher (Deam), núcleos investigativos de feminicídio e equipes especializadas para o atendimento e investigação de atos graves de violência contra a mulher.



Simone ressalta que mais de 50% das agredidas não denunciam o crime



Relator, Pedro Chaves defende o julgamento pela Justiça Militar

## Alterado julgamento de militar em missões de Estado

O Senado aprovou ontem projeto que transfere à Justiça Militar o julgamento de crimes cometidos por militares em missões de garantia da lei e da ordem (GLO), como a que ocorre no Rio de Janeiro. O projeto impede o julgamento comum de militares das Forças Armadas pela Justiça em crimes dolosos (intencionais) contra civis quando envolverem ações de Estado. O PLC 44/2016 vai para a sanção presidencial.

Pelo texto, se um militar matar um civil durante uma operação, ele será julgado pela Justiça Militar, e não mais pelo Tribunal do Júri. Se ele cometer um homicídio intencional em uma situação fora do trabalho, será julgado como outro cidadão, pela Justiça comum.

— O Tribunal do Júri visa permitir que cidadãos julguem seus pares, ou seja, outros cidadãos. Militares das Forças Armadas no exercício de sua missão não estão agindo como cidadãos, mas sim como o próprio Estado. A força máxima deste deve ser julgada por Justiça Militar especializada, que entende e conhece as nuances da sua atuação — disse o relator,

Pedro Chaves (PSC-MS).

A aprovação do texto gerou polêmica. Lindbergh Farias (PT-RJ) alegou que o projeto deveria ser considerado prejudicado, já que no próprio texto, feito para as Olimpíadas, havia a previsão de vigência até 2016. Para que o texto não tivesse que voltar à Câmara, caso fosse modificado, os senadores aceitaram o compromisso do governo de vetar o artigo do prazo de vigência.

Roberto Requião (PMDB-PR) classificou a proposta como irresponsável por banalizar o uso das Forças Armadas como polícia. Ele informou que apresentará um projeto para prever que os pedidos de utilização do Exército nesse tipo de operação sejam examinados pelo Senado.

Já Cristovam Buarque (PPS-DF) classificou o texto como “uma solução esparadrapo” para um problema estrutural que é a crise na segurança pública.

Jorge Viana (PT-AC) defendeu o compromisso sobre o veto e a aprovação do projeto. E Ana Amélia (PP-RS) cobrou segurança jurídica para os militares.

## Ana Amélia celebra aniversário de criação de Taiwan

Ana Amélia (PP-RS) registrou a celebração dos 106 anos da República da China, ou Taiwan, cujo território é reivindicado pela China e reconhecido por apenas 19 países e que mantém relações não oficiais com o Brasil. A senadora destacou que Taiwan nunca fugiu de suas responsabilidades sobre sustentabilidade.

— Se algum país tem a mostrar o esforço que está fazendo em relação à questão de gerenciamento de redução dos gases de efeito estufa, esse país se chama Taiwan. E é preciso reconhecer esse esforço.



## Gleisi defende valorização das Forças Armadas

Presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou ontem em Plenário que o partido tem compromisso “estratégico e inarredável” com a defesa da soberania nacional. A senadora criticou cortes orçamentários em setores estratégicos, citando proposta do governo de redução no orçamento da Defesa.

Gleisi garantiu que a situação era outra nos governos do PT, que, segundo ela, fizeram investimentos maciços nas Forças Armadas e na recuperação salarial dos militares.

— Buscamos sempre blindar recursos destinados aos principais projetos.



## Senado aprova novo embaixador para o Congo

O Plenário aprovou ontem a indicação de André Luiz Azevedo dos Santos para embaixador do Brasil na República Democrática do Congo. Desde 2013, ele é embaixador na Monróvia, capital da Libéria.

Sabatinado em setembro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), André Luiz Azevedo afirmou

que sua atuação no Congo será baseada em um plano já acertado com o Departamento de Promoção Comercial.

Em relação às riquezas minerais do Congo, ele afirmou confiar que podem ser estabelecidas parcerias entre empresas brasileiras e os interesses congolezes, preservando direitos ambientais, trabalhistas e

sociais dos habitantes.

— Terei recursos visando dinamizar o fluxo com aquele país. Queremos inserir no mercado congolês não só grandes empresas, como a Vale e a Marco Polo, mas também médias e pequenas exportadoras que podem explorar aquele potencial, que tem demanda para nossos produtos.





Presidente do BC fala em audiência, ao lado do presidente da CAE, Tasso Jereissati, e de Garibaldi Alves Filho

## Queda de juros depende de reformas, afirma Goldfajn

Presidente do Banco Central disse em audiência ontem que as mudanças, principalmente na Previdência, são fundamentais para manter a consistência na redução dos juros e da inflação

A AGENDA DE reformas do governo vai ajudar a manter o ritmo de queda da inflação e dos juros, disse ontem o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Ele participou de uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a política monetária.

Segundo Goldfajn, caso o governo consiga aprovar a reforma da Previdência, o alcance de um equilíbrio nas contas públicas será factível, tornando ainda mais consistentes os movimentos de queda da inflação e das taxas de juros e a retomada do crescimento.

O presidente do BC destacou também que a taxa de investimentos na economia encontra-se hoje em seus patamares históricos mais baixos e eles precisam retornar para que o crescimento do produto interno bruto (PIB) se dê de maneira mais sustentável nos próximos anos.

Baseado em dados mais recentes, Goldfajn lembrou que os índices positivos do PIB no segundo trimestre foram alavancados por uma retomada parcial do consumo pelas famílias, fenômeno em boa parte decorrente da queda nos índices inflacionários.

### Privatizações

Goldfajn destacou que os esforços do governo no setor de infraestrutura e o programa de privatizações em curso devem impulsionar a economia para o “próximo passo”.

— Os resultados recentes dos leilões de usinas hidrelétricas e concessão de petróleo foram bons, reforçando evidências de que a condução da política econômica já mostra resultados — apontou o presidente do BC.

O presidente do BC também avaliou o cenário internacional até o momento como estável, o que ajuda no processo interno

de ajustes, mas advertiu que não se pode contar com esse cenário indefinidamente.

Um dos fatores que podem provocar algum nível de incerteza será, por exemplo, uma possível retomada pelos Estados Unidos de trajetória ascendente nas taxas de juros, disse Goldfajn.

### Críticas

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que, a despeito do crescimento de 0,2% do PIB no segundo trimestre, durante o mesmo período os investimentos sofreram nova queda, de 0,7%. Isso fez com que a taxa de investimentos em relação ao PIB recuasse para 15%, menor que a verificada durante o governo Lula, quando era de 21,5%.

Lindbergh, Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) também contestaram o discurso do presidente do Banco Central de que houve queda nas taxas de juros, lembrando que os juros reais hoje, na verdade, seriam mais altos do que no governo Dilma, devido à queda na inflação. Gleisi destacou que a dívida continua crescendo, com o governo Temer produzindo “deficits recordes”.

Goldfajn defendeu a política adotada em relação à taxa Selic, acrescentando que hoje ela está nos níveis mais baixos em décadas, inclusive no que se refere ao juro real.

O presidente do BC avaliou ainda que o movimento descendente da Selic será mantido, embora de forma mais gradual.

Lindbergh ainda criticou o abandono por parte do governo das políticas de conteúdo local, como nos setores de petróleo e gás, dentro de um quadro mais amplo de ausência de uma política industrial como um todo. Ele afirmou ainda que o teto de gastos vai na prática provocar uma paralisia generalizada em diversos

setores já a partir de 2018, citando as áreas de ciência, tecnologia e assistência social e as universidades.

### BNDES

Lindbergh também disse não ver consistência no modelo econômico aplicado pelo governo federal, uma vez que vem optando por “desidratar o BNDES de recursos” e por ter adotado para o banco uma taxa de mercado (a TLP) no lugar da antiga taxa de longo prazo (a TJLP).

— Vocês estão engessando, destruindo a capacidade de fomento do BNDES. Os desembolsos já recuaram para os níveis de 2002 e vocês já retiraram R\$ 100 bilhões do banco e agora querem mais R\$ 180 bilhões — protestou.

Goldfajn defendeu a troca da TJLP pela TLP nos empréstimos do BNDES. Segundo ele, isso é percebido pelo BC como mais um movimento que conduzirá as taxas de juros para uma trajetória de baixa.

Para Goldfajn, essa nova orientação poderá levar o BNDES a atuar de forma mais incisiva no fomento a médias e pequenas empresas.

### Reservas

O senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) questionou Goldfajn sobre a possibilidade de uso de parte das reservas internacionais para o abatimento da dívida pública, o que, para ele, provocaria um alívio no balanço de pagamentos e seguraria o juro real.

O presidente do BC disse que essa é uma possibilidade a ser considerada no futuro, não sendo ainda este o momento, pois as reservas funcionam como uma espécie de seguro da estabilidade econômica.

A realização de audiências com o presidente do BC para discutir política monetária está prevista no Regimento Interno do Senado.

## Cássio envia MP do Refis para sanção presidencial

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, enviou para sanção presidencial o texto oriundo da Medida Provisória (MP) 783/2017, a chamada MP do Refis. A proposição permite o parcelamento com descontos de dívidas perante a União, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas.

Pelo texto, que sofreu alterações no Parlamento e foi aprovado como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2017, as empresas em recuperação judicial e participantes do Simples Nacional poderão aderir ao parcelamento de dívidas tributárias ou não tributárias, inclusive valores descontados de terceiros (INSS ou IRPF descontados do empregado e não recolhidos, por exemplo) ou de tributos cujo recolhimento caiba ao substituto tributário. As empresas poderão usar prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para pagar os débitos.

Na votação em Plenário, na quinta-feira, o Senado eliminou quatro artigos que continham proposições estranhas à MP, os chamados “jabutis”.

### Baleia Azul

Cássio enviou para a Câmara dos Deputados o projeto que criminaliza a ação de adultos que induzem menores à automutilação. Com o novo tipo penal criado pelo texto (PLS 664/2015), poderão ser alcançadas pela lei as pessoas envolvidas em jogos eletrônicos de desafios macabros, como o Baleia Azul, que incita o participante à automutilação e até ao suicídio.

Outra proposta enviada para análise dos deputados é o projeto que cria o crime de molestamento sexual, para punir condutas como a do caso do ônibus em São Paulo, quando um homem ejaculou numa passageira. O PLS 312/2017 é de autoria da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP).

## Comissão adia reunião com ministro do Planejamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu adiar a audiência pública com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que seria realizada hoje. Não foi definida nova data.

Os líderes entenderam que só faz sentido ouvir o ministro após o governo encaminhar para a comissão as mudanças da proposta orçamentária de 2018 (PLN 20/2017).

A audiência pública com o ministro, para tratar da proposta da nova lei orça-

mentária, é uma exigência da resolução que disciplina os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

O texto que tramita no colegiado, enviado em agosto, foi elaborado com o déficit primário de R\$ 129 bilhões, valor que representava a meta fiscal para o próximo ano. Em setembro, o Congresso alterou a meta para um déficit de R\$ 159 bilhões, o que obriga a proposta orçamentária a passar por ajustes.

Com Agência Câmara

### Lídice denuncia situação de crise nos pequenos municípios

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que a situação dos municípios é de calamidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para a senadora, algumas causas são a frustração na arrecadação própria, a queda no montante da repatriação de recursos do exterior e a redução nas transferências constitucionais da União.

Segundo ela, quanto menor a receita, maior o impacto dos gastos com pessoal, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites. Lídice citou estudo da Confederação Nacional de Municípios sobre a crise nas cidades.

### Raupp comemora resultados de feiras de negócios em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou o sucesso da 1ª Feira da Indústria e do Turismo de Rondônia



Waldemir Barreto/Agência Senado

e da quinta edição da Feira da Indústria e do Comércio, realizadas em Cacoal.

Para o senador, num momento de crise, essas feiras são importantes, especialmente em cidades do interior, pois mostram a diversidade econômica e cultural de cada região.

Raupp destacou também o sucesso de outras duas feiras em Rondônia: a multissetorial de Monte Negro e a de negócios do Vale do Guaporé, em São Miguel do Guaporé.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Presidente da CDH, Regina Sousa (2ª à dir.) comanda a audiência pública sobre a garantia de acesso à Justiça

## Para especialistas, Justiça distingue por classe social

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, debatedores discutiram a imparcialidade dos juízes e a garantia do acesso ao Judiciário. Para eles, desigualdade no tratamento é problema cultural

A JUSTIÇA BRASILEIRA distingue cidadãos por classe social. A avaliação é de juristas e representantes do Ministério de Direitos Humanos, que ontem discutiram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a garantia do acesso à Justiça e a imparcialidade do juiz.

Representante da Secretaria Nacional de Cidadania, Fabiana Gadelha afirmou que a cultura precisa mudar para que as desigualdades de tratamento acabem.

— Tudo isso é fruto de um processo que é menos político e mais cultural, porque as pessoas acham que quem pratica um crime ou quem mora na

rua não merece viver, que um adolescente de 15 anos que rouba um celular não merece viver — afirmou.

### Abuso de autoridade

O objetivo da reunião foi discutir se configura abuso de autoridade a postura de juízes e promotores contra suspeitos ou réus antes do julgamento.

Para os participantes, o Judiciário tem destruído reputações e reforçado a marginalização de cidadãos. Como exemplo, citaram o caso recente do reitor afastado da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, que estava sendo investigado por desvio

de recursos e no início deste mês cometeu suicídio.

Eles sugeriram que o Legislativo exerça papel fiscalizador para combater situações de abuso de poder. E propuseram que as sabatinas dos representantes do Judiciário sejam mais rigorosas. Também defenderam a criação de uma CPI para investigar violações à Constituição.

A presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI), disse que tentará encampar a proposta da CPI.

— Gostei da ideia da CPI. Não sei se teremos força, mas vamos tentar convencer os pares. Temos muitos casos, desde o mais humilde cidadão — afirmou.

## Economia de baixo carbono é viável, apontam debatedores

Em debate realizado ontem na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, afirmou que é possível movimentar a indústria dentro de um contexto de energia limpa e que seu país investe cada vez mais nessa realidade.

— Quando falamos que o nosso objetivo é uma descarbonização da economia, não significa desindustrialização, mas sim modernização. Proteção climática já é um motor da economia. Na Alemanha, temos agora mais emprego na economia verde do que no setor automobilístico — explicou.

O embaixador do Marrocos, Nabil Adghoghi, afirmou que a meta do país é atingir a marca de 52% do seu abastecimento em energias limpas até 2030. Ele reconheceu que a Conferência da ONU sobre Mudança do Clima, sediada no Marrocos em 2016, impulsionou a transição energética do país.

### Transição energética

O ministro-conselheiro da embaixada da França, Gilles Pecassou, lembrou que a lei de transição energética do país prevê que até 2050 os franceses terão 75% de sua

matriz energética limpa.

Ao afirmar que o Brasil pode movimentar cerca de R\$ 950 bilhões nessa nova economia de baixo carbono, o secretário de Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente, Everton Lucero, pediu mais envolvimento das áreas econômicas e de planejamento do governo.

— É preciso convencer mais as autoridades nacionais da área econômica e financeira que esse é um tema relevante e que precisa migrar para a centralidade das decisões econômicas e financeiras do país. Não pode mais continuar sendo considerado como uma externalidade ambiental — afirmou.

### Brasil

O presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senador Jorge Viana (PT-AC), confirmou que a comissão vai promover um evento durante a Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-23) para debater a contribuição do Congresso brasileiro no cumprimento das metas do Acordo de Paris pelo Brasil.

A COP 23 será realizada entre 6 e 17 de novembro, em Bonn, na Alemanha.

## Paciente de quimioterapia poderá ter preferência de atendimento

Os pacientes que se submetem a quimioterapia ou radioterapia como tratamento para o câncer poderão entrar no rol de pessoas com atendimento prioritário. A medida consta de projeto (PLS 403/2016) que pode ser analisado hoje pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O texto, do senador Romário (Pode-RJ), estende aos pacientes com câncer os mesmos direitos estabelecidos na legislação que dá prioridade de atendimento, por exemplo, a idosos, pessoas com deficiência e gestantes (Lei



Romário é autor do projeto que beneficia doentes de câncer

10.048/2000). O projeto também garante a esses pacientes o direito a assentos reservados nos serviços de transporte público ou coletivo.

Romário justifica o projeto lembrando que pessoas que se submetem a tratamento de radioterapia ou quimioterapia enfrentam efeitos colaterais — como mal-estar, náusea, vômito, diarreia e deficiência imunológica — decorrentes da aplicação dessas terapias e, por isso, não têm condições físicas para enfrentar filas demoradas.

A proposta tem o apoio do relator, Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, nem mesmo o desenvolvimento de melhores drogas permitiu a diminuição dos efeitos colaterais decor-

rentes dos tratamentos, de tal maneira que o paciente com alguma neoplasia maligna quase sempre tem a saúde fragilizada em razão dessas terapias.

A proposta tramita em caráter terminativo. Se for aprovada na comissão e não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto irá diretamente para a análise da Câmara dos Deputados.

### Brinquedos adaptados

Na mesma reunião, a CDH pode analisar o projeto que trata da instalação de brinque-

dos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida (PLS 382/2011) e o que garante às pessoas com deficiência o direito da companhia do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo (PLS 411/2015).

A comissão pode votar ainda o projeto que trata da criação de programas de internação da pessoa idosa somente durante o dia (PLS 648/2015).

Também estão na pauta requerimentos para a realização de diligências e audiências públicas.

## Amorim acredita que Outubro Rosa pode inspirar outras campanhas

Eduardo Amorim (PSDB-SE) destacou ontem a importância do Outubro Rosa, dedicado à conscientização e à prevenção do câncer de mama em todo o mundo.

Segundo ele, ao alertar sobre a importância dos exames preventivos e do diagnóstico precoce, a campanha contribui para a diminuição das mortes de mulheres pelo câncer.

— O câncer de mama é o segundo tipo mais comum. O primeiro no mundo entre as mulheres é o de pele não-melanoma. No Brasil, não é diferente, respondendo por cerca de 28% dos novos casos de câncer a cada ano.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Ângela comemora acesso a exame por mulheres com menos de 50

Ângela Portela (PDT-RR) destacou a importância de participar das atividades da campanha Outubro Rosa. Ela afirmou que tanto o Maio Amarelo, que chama a atenção para o índice de mortes no trânsito, quanto o Novembro Azul, que conscientiza homens para a prevenção do câncer de próstata, tiveram sucesso em decorrência do Outubro Rosa.

Um dos destaques da campanha deste ano, na avaliação dela, foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto que susta a portaria do Ministério da Saúde que limitava mamografias no SUS para mulheres com menos de 50 anos.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Viana faz apelo por políticas que afastem os jovens das drogas

Jorge Viana (PT-AC) apelou ontem por políticas públicas e ações sociais que tragam perspectivas aos jovens brasileiros diante do desemprego, da violência e do caos social que acabam levando ao consumo de álcool e drogas.

— Eu acho que tudo que nós fizemos até aqui está errado, porque o problema só aumentou e nós devemos, independentemente de concordarmos em todos os pontos ou não, ouvir uns aos outros e estabelecer políticas públicas que possam salvar essa geração de jovens vítimas da insensatez que nós vivemos nestes tempos no Brasil e no mundo.



Waldemir Borretto/Agência Senado



# Avança prorrogação de incentivos a cinemas

Comissão mista aprovou ontem MP que estende benefícios do Recine. Em vez de terminar neste ano, apoio pode valer até o fim de 2019, propôs a relatora, Marta Suplicy

A MEDIDA PROVISÓRIA que prorroga benefícios fiscais para salas de cinema foi aprovada ontem pela comissão mista que a analisou. A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), alterou o prazo do regime especial de tributos: em vez de terminar no fim deste ano, deve ir até 2019.

O Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) permite a suspensão da cobrança do PIS, da Cofins, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos investimentos de construção

ou modernização de cinemas. Isso facilita, por exemplo, a compra e a importação de equipamentos.

Com o mesmo teor da MP 796/2017, outra medida provisória (MP 770/2017), editada em março, também foi alterada pelo Congresso e terminou vetada pelo presidente Michel Temer sob o argumento de que os parlamentares não apresentaram o impacto financeiro nem a compensação pela renúncia fiscal.

O governo então enviou a MP 796, retomando o prazo de 31 de dezembro de 2017 para o fim do Recine. Novamente

modificado, agora a relatora tratou do impacto financeiro ao estender o prazo de vigência até 2019. Se for aprovado, o prazo passará a valer para benefícios previstos pela Lei do Audiovisual.

## Benefícios sociais

De acordo com Marta, a renúncia fiscal resultante do Recine é de R\$ 11 milhões por ano. A da Lei do Audiovisual soma R\$ 89 milhões por ano. Valores pequenos, se comparados aos benefícios sociais dos incentivos financeiros.

De 2012 a 2016, o Recine proporcionou a abertura de

mais de mil salas de exibição pelo país. Para este ano, a expectativa é instalar mais 150.

— A gente sabe que o cinema abre a cabeça das pessoas, que faz a pessoa viajar, entender melhor seu povo. Na verdade, o cinema é um forte item da identidade cultural de um povo — afirmou.

O presidente da comissão mista, deputado Chico D'Angelo (PT-RJ), disse que a MP tem o apoio das Presidências da Câmara e do Senado. Ele classificou como equívoco o veto anterior de Temer e espera que desta vez o texto seja sancionado sem cortes.

— Acho que o bom senso vai prevalecer. Vão ver que [o Recine] está mobilizando o Brasil todo. Seria um tiro no pé — afirmou.

## Games e música

Entre as emendas à MP acolhidas pela relatora está a que inclui os jogos audiovisuais eletrônicos, os games, entre os beneficiários dos incentivos

Outra emenda estende à área de música a possibilidade de utilizar os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).

Com Rádio Câmara

## Comissão aprova indicação para diretoria da Ancine

Por unanimidade, a Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem o nome de Christian de Castro para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A indicação segue para o Plenário.

Castro, que foi indicado pelo presidente Michel Temer para a vaga decorrente do término do mandato de Manoel Rangel Neto, defendeu a prorrogação da Lei do Audiovisual, que estabelece mecanismos de incentivo fiscal para a produção audiovisual nacional e vale até o fim deste ano.

Ele também se disse favorável à prorrogação do Recine, que desde 2012 concede benefícios fiscais para a construção e modernização de salas de cinema e cujo prazo de vigência também expira no fim de 2017.

Segundo Castro, esses incentivos fiscais são fundamentais para o bom desempenho do setor, que mantém nos últimos anos uma taxa de crescimento ao redor de 9% ao ano, acima de outros segmentos.

— É inegável que a renovação da Lei do Audiovisual e do Recine são importantes. Saímos de 1,6 mil para 3 mil salas de cinemas, mas ainda temos uma sala para cada 80 mil habitantes. A Argentina tem uma sala para cada 40 mil, o México, uma para cada 30 mil.



Christian de Castro, indicado para diretor da Ancine, e Lúcia Vânia, presidente da comissão, durante sabatina

Em agosto, Temer vetou integralmente o projeto de lei de conversão resultante da MP 770/2017 que previa a extensão desses incentivos até 2019. O veto ocorreu, segundo o governo, porque a versão aprovada pelo Congresso “não apresentou o impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia fiscal nem a respectiva medida de compensação”. Para solucionar o problema da extensão do Recine, que já havia vencido, foi editada uma nova MP, tratando da prorrogação apenas até o fim de 2017 (MP 796/2017).

Castro destacou que, desde a criação da Ancine, em 2001, o Brasil saltou de 29 para 143 filmes distribuídos por ano; de 8% para 14% de participação de bilheteria; de 91 milhões

para 190 milhões de ingressos vendidos; de 192 para 3,2 mil obras brasileiras exibidas em TVs por assinatura.

— Isso é demonstrado na participação de 0,46% no PIB. O setor hoje tem um peso na economia maior do que a indústria farmacêutica.

## Desafios

Apesar do bom desempenho nos últimos 15 anos, ele avalia que há muito a ser feito para transformar o Brasil em um centro relevante de produção audiovisual. Em resposta à pergunta feita por Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da indicação, Castro disse que a regionalização de investimentos e da produção são elementos importantes para a expansão do setor. Também apontou

como prioridade trabalhar em mecanismos que ajudem na formação de mão de obra.

— A região com maior participação dos filmes brasileiros com relação ao público total foi o Nordeste, com quase 20% dos espectadores e 17% da renda. Infelizmente, isso não se traduz no campo da produção, concentrada no Sudeste.

Outro gargalo apontado pelo indicado está na burocracia para a liberação de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Ele destacou também a necessidade de atrair investimentos privados.

A presidente da CE, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), destacou que Christian de Castro tem plenas condições de fazer com que essas questões avancem.

## Campanha pede mais verba para ciência e tecnologia

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, participou de ato público ontem no Salão Nobre do Congresso para a entrega de mais de 80 mil assinaturas da petição da campanha Conhecimento sem Cortes, contrária à redução de investimentos federais em ciência e tecnologia.

Também foi divulgado um manifesto que expõe as dificuldades enfrentadas e pede mais recursos para o setor. De acordo com a carta, o contingenciamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em 2017 diminuiu o orçamento de custeio e investimento na área para R\$ 3 bilhões, e a proposta orçamentária de 2018 é a menor em mais de uma década, com previsão de R\$ 2,7 bilhões para custeio e investimento.

Para Cássio, “a despeito de qualquer viés ideológico, uma nação que se pretenda soberana tem que investir em ciência e tecnologia”. Ele destacou que as deficiências do setor só serão solucionadas quando a dívida pública diminuir.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burrel  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Ex-presidente da Caixa nega contato com JBS

Maria Fernanda Ramos Coelho foi ouvida na CPI que investiga as operações do grupo. Ex-diretor do BNDES, José Cláudio Aranha também depôs

A EX-PRESIDENTE DA Caixa Econômica Federal Maria Fernanda Ramos Coelho negou ter tido contato com os irmãos Joesley e Wesley Batista ou qualquer outro integrante do comando do grupo JBS enquanto esteve à frente do banco. Ela prestou depoimento ontem na comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as operações do conglomerado econômico.

A executiva esteve à frente do banco de 2006 a 2011, período em que admitiu ter havido três grandes operações de crédito a favor das empresas: R\$ 250 milhões em novembro de 2009, R\$ 500 milhões em dezembro de 2010 e R\$ 500 milhões em janeiro de 2011.

Os altos valores movimentados em apenas três meses — pouco depois das eleições — chamaram a atenção de alguns deputados participantes da reunião e do presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O deputado Delegado Francischini (SD-PR) chegou a indagar se ela se



Deputado Delegado Francischini e senador Ataídes Oliveira durante depoimento de Maria Fernanda Coelho

lembrava de outra empresa que tivesse feito operações semelhantes.

— Lamento, mas não tenho como ter essa informação. Seria até imprudente de minha parte citar, até porque nem sei se posso fazer isso por causa do sigilo bancário, mas a Caixa tem essas informações e que podem ser facilmente obtidas — explicou.

Maria Fernanda garantiu que as operações seguiram todas as normas e exigências de praxe e também negou ter tido contato com o ex-deputado Eduardo Cunha, com o ex-ministro Geddel Vieira Lima e com Fábio Cleto. Segundo

ela, estes dois últimos foram vices-presidentes da instituição depois da saída dela do comando do banco.

## BNDES

O segundo a ser ouvido pela CPI foi o ex-chefe do Departamento de Mercado de Capitais do BNDES José Cláudio Rêgo Aranha, suspeito de favorecer a JBS em negócios bilionários. Ele teve de dar explicações aos parlamentares sobre sua participação no Conselho de Administração do grupo enquanto ainda estava na estatal, o que lhe rendeu acusações de ter feito jogo duplo.

— A indicação é prevista

em lei. Quando o banco faz contrato para colocar recursos, um dos pontos é o direito de ter uma ou duas indicações para o Conselho de Administração da empresa beneficiada. Todos os bancos de investimentos fazem isso. É uma prática internacional, algo comum. Não é algo do Brasil, é do mercado — disse Aranha, que atuou como conselheiro em 2007 e 2008.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) e o deputado Izalci (PSDB-DF) questionaram a rapidez do BNDES ao conceder aportes e financiamentos ao grupo JBS e levantaram suspeita sobre a compra da ame-

ricana Swift. O investimento foi feito com a participação do BNDESPar, braço do BNDES no mercado acionário.

Aranha negou ter havido favorecimento do BNDES aos irmãos Batista e disse que, diferentemente do que foi noticiado, o negócio não foi feito em apenas pouco mais de 20 dias, mas em pelo menos três meses.

— Participei somente do relatório preliminar feito pela área de enquadramento de crédito. Não participei da decisão definitiva de investimento — explicou.

## Sigilo

Após o depoimento, o deputado Delegado Francischini informou que vai apresentar requerimento de transferência de sigilo bancário de Aranha, o que provocou reação imediata do deputado Wadih Damous (PT-RJ), que questionou a iniciativa, visto que o depoente havia respondido a todas as perguntas.

— CPI não pode sair pedindo quebra de sigilo a rodo, sem base determinada — acrescentou.

A análise desse e de outros requerimentos ainda vai ser feita em reunião com data a ser agendada pelo presidente da CPI.

## Direção do Senado recebe relatório do TCU sobre tecnologias digitais

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o encaminhamento de um relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) para a Direção-Geral do Senado.

No relatório (AVS 24/2017), o órgão faz uma avaliação do uso de tecnologias digitais como parte da estratégia de

modernização governamental. Durante a auditoria, foram identificados problemas no que diz respeito ao planejamento e à coordenação de ações que buscam implementar o uso de tecnologias digitais. O tribunal recomendou à Câmara dos Deputados e ao Senado que avaliem a elaboração e a publicação de

catálogo dos seus serviços públicos oferecidos diretamente à sociedade.

O relator, Pedro Chaves (PSC-MS), lembrou as iniciativas do Senado no sentido de manter canais de interação com o público por meio do seu portal oficial. O senador destacou o Portal e-Cidadania, por meio do qual o cidadão

pode opinar sobre propostas e até oferecer sugestões que podem virar projetos de lei.

— A recomendação do TCU pode ser tomada como contribuição para o aperfeiçoamento desse portal de acesso — afirmou o relator.

Chaves também apresentou um requerimento para a realização de uma audiên-

cia pública para debater a implementação da internet 5G no Brasil. A votação do requerimento, no entanto, ficou para a semana que vem.

Outros projetos previstos na pauta também foram retirados por falta de quorum para votação e devem ser apreciados na próxima reunião da comissão, prevista para a terça-feira.

## Uber coleta 815 mil assinaturas contra projeto de regulação

Representantes da Uber entregaram ontem ao secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, 25 caixas com mais de 815 mil assinaturas contra o projeto que busca regulamentar a atividade.

Aprovado em abril pela Câmara dos Deputados, o PLC 28/2017 traz uma série de exigências para esse tipo de serviço funcionar no país. O projeto está em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sob relatoria de Pedro Chaves (PSC-MS), mas poderá ser votado diretamente no Plenário se for aprovado requerimento de urgência de Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Na opinião dos represen-

tantes da Uber, se o texto for aprovado na forma como veio da Câmara, o serviço será extinto. Eles defenderam que haja uma regulação, com delimitação de regras claras para o usuário, o motorista e a empresa, e pediram que a proposta siga um caminho menos apressado no Parlamento,

com debates nas comissões temáticas e a participação de todos os envolvidos.

## “Proibição velada”

Para o diretor de Comunicação da Uber Brasil, Fabio Sabba, o texto alternativo de Pedro Chaves é mais adequado que o projeto original.

— A gente acredita que tem que ter regulações, que se criem leis para lidar com a tecnologia, e não para pegar um modelo velho e colocar em uma tecnologia nova. O projeto como veio da Câmara não é regulação, é proibição velada.

Bandeira afirmou que as assinaturas serão organizadas.

— Temos divisão de opiniões. Uma parte apoia a forma original do projeto, que aparentemente seria mais benéfico a taxistas, e outros entendem que deveria ser reformulado, para beneficiar um pouco mais os motoristas de Uber. De toda forma, essa decisão em mérito será tomada pelo Plenário, após passar ao menos por uma comissão, posição que vem se desenhando até o momento — disse.



Bandeira (E) recebe de representantes da empresa caixas com assinaturas

## Cidinho Santos apoia novas regras para concessão de rodovias

Cidinho Santos (PR-MT) c o m e m o r o u a promessa do governo de permitir a substituição de sócios de consórcios que exploram concessões de rodovias. Segundo ele, a decisão foi tomada depois de reunião da bancada mato-grossense com Michel Temer, quando foi discutida a concessão da BR-163, no trecho da divisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até Sinop (MT).

Ele explicou que, por causa da Lava Jato, o projeto de duplicação da rodovia está paralisado.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Rogério de Sá/Agência Senado



Senador Dalírio Beber, presidente da comissão, e deputado Alex Canziani, relator da medida provisória

## Aprovado relatório da MP que reestrutura o Fies

Texto que agora segue para votação em Plenário modificou a medida, aumentando o limite de recursos para o Fies de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões

O RELATÓRIO DA Medida Provisória 785/2017, que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), foi aprovado ontem na comissão mista que examina o assunto. O projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Alex Canziani (PTB-PR) deverá ser votado no dia 23 ou 24 na Câmara e depois seguirá para o Plenário do Senado. O prazo de vigência da medida expira em 17 de novembro.

O texto estabelece que o Fies se destina à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O financiamento, que não abrange o ensino à distância, poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado. A União fica autorizada a par-

ticipar do fundo garantidor do Fies, a ser criado, no limite global de até R\$ 3 bilhões. A proposta original, encaminhada pelo Executivo, estipulava limite de R\$ 2 bilhões.

O financiamento com recursos do Fies será destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados antes por financiamento estudantil, vedada a concessão de novo financiamento a estudante em período de utilização do Fies ou que não tenha quitado financiamento anterior.

Os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 terão taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino.

### Destaques

Na votação da medida, foram rejeitados alguns destaques apresentados por deputados, entre eles o que reinseria o prazo de carência de 18 meses para quitação do

empréstimo e o pagamento do saldo devedor em até três vezes — o projeto estabelece quitação a partir do mês imediatamente subsequente à conclusão do curso — e o que buscava impedir o uso de até 10% do saldo do FGTS para pagamento do Fies, previsto no projeto de lei de conversão.

O relator, Alex Canziani, observou que os destaques rejeitados pela comissão mista poderão ser apresentados no Plenário da Câmara, quando da votação da matéria.

Em busca do aperfeiçoamento do projeto de lei de conversão, o relator explicou que ainda serão mantidos contatos com representantes do governo.

— Vamos aprovar hoje o relatório, fazer nova avaliação e levar as alterações para o Plenário, após entendimento com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Até a votação no Plenário, podemos, sem dúvida, avançar ainda mais e vamos trabalhar nesse sentido — afirmou Canziani.

A comissão mista que avaliou a MP 785/2017 foi presidida pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC).

## Comissão vota Estatuto da Segurança Privada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje o projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A proposta chegou a ser colocada em votação na reunião anterior, mas um pedido de vista adiou a decisão.

A proposta original, do ex-senador Marcelo Crivella, estabelecia um piso salarial nacional para os vigilantes, mas recebeu 117 sugestões de emendas na Câmara, o que ampliou a abrangência, transformando-a na prática em um estatuto, conforme explica o relator, senador Vicentinho Alves (PR-TO).

Pelo texto agora em análise

no Senado (SCD 6/2016), os serviços de segurança privada só poderão ser prestados por empresas especializadas ou por empresas ou condomínios que tenham serviços desse tipo em proveito próprio. O projeto estabelece ainda que a prestação do serviço dependerá sempre de autorização prévia da Polícia Federal.

O principal ponto de discussão que motivou o pedido de vista é a possibilidade ou não de os bancos constituírem empresas de transporte de valores. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou, semana passada, que a proibição, prevista no texto do relator, Vicentinho Alves,

pode gerar o desemprego de milhares de trabalhadores. Randolfe também vê nesse mecanismo a criação de uma reserva de mercado, algo que entende ser inconstitucional por ferir o princípio da livre iniciativa.

Vicentinho respondeu que a proposta encontra o apoio de empresas, trabalhadores e órgãos públicos do setor. Disse ainda que os bancos poderão constituir empresas para o transporte dos próprios valores, o que acredita que diminuirá eventual desemprego.

Depois da votação na CAS, o projeto seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Pacto em defesa de institutos federais de educação ganha força

A ideia de um pacto em defesa dos institutos federais de educação profissional e tecnológica ganhou força ontem durante audiência na Comissão de Educação e Cultura (CE). O objetivo é mobilizar apoio, inclusive de parlamentares, para que sejam assegurados recursos adequados para o funcionamento regular das 644 unidades instaladas em 568 municípios e a expansão projetada para os próximos anos.

Para 2017, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) defendia R\$ 3,5 bilhões para o sistema, mas no Orçamento foram alocados R\$ 2,3 bilhões. Pressionado pela crise fiscal, o governo congelou 15% dos gastos de custeio e 40% dos investimentos. A incerteza é maior para 2018, pois a previsão é de R\$ 2,2 bilhões.

Os números foram apresentados pela reitora do Instituto Federal de Santa Catarina, Maria Clara Schneider, representando o Conif, que pediu mais recursos via emendas parlamentares (individuais, de bancadas e da Comissão de Educação). Segundo ela, o orçamento declina desde 2014, enquanto a rede vem mantendo a expansão das vagas. Em 2010, foram ofertadas 620 mil vagas e, neste ano, estão matriculados 878 mil alunos. O Plano Nacional

de Educação prevê a oferta de 1 milhão de vagas na rede até 2020.

— Não queremos chegar a um momento em que a gente tenha que diminuir a entrada de alunos ou a previsão de novos cursos.

### Emendas

Cristovam Buarque (PPS-DF) foi o primeiro a mencionar a ideia do pacto, embora tenha criticado a política de expansão de vagas.

A presidente da CE, Lúcia Vânia (PSB-GO), concordou que a expansão da rede não foi feita de maneira “cuidadosa”. Ainda assim, afirmou que agora é necessário viabilizar o sistema, para o que as dotações ainda podem ser ampliadas, por meio do governo e de emendas parlamentares.

— Podem confiar que aqui vamos trabalhar seriamente, sem apontar erros do passado, que não foram poucos.

### Palavra do MEC

Enquanto Fabiano Godinho Faria, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, descreveu quadro de absoluta precariedade na rede, pelo Ministério da Educação, Romero Raposo Raposo Filho observou que não houve corte no orçamento deste ano, mas um bloqueio preventivo.

— O cenário não é de catástrofe nem de terra arrasada.



Senador Cristovam Buarque e Romero Raposo Filho, do MEC, em debate

## Medida que aumenta royalties da mineração será debatida hoje

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 789/2017, que muda as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração, fará hoje uma audiência pública interativa com representantes de trabalhadores, universidades e especialistas em direito ambiental, entre outros.

Foram convidados para o debate o presidente do Dieese, Luís Carlos de Oliveira; o professor Fernando Facury Scaff, da Universidade Federal do Pará; o professor

Iran Ferreira Machado, da Unicamp; o especialista em direito minerário William Freire; e a representante do Instituto Socioambiental, Adriana Ramos.

Também devem participar representantes do Centro de Tecnologia Mineral e do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) é o presidente da comissão mista, que tem como relator o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate